



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

CLEYDIANNE FRANCIELLY ALVES DA SILVA

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: questionamentos para o
debate a partir de análise de estado do conhecimento**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

CLEYDIANNE FRANCIELLY ALVES DA SILVA

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: questionamentos para o
debate a partir de análise de estado do conhecimento**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Magna Sales Barreto

Coorientador: Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Cleydianne Francielly Alves da.

Inclusão nas Aulas de Educação Física: questionamentos para o debate a partir
de análise de estado do conhecimento / Cleydianne Francielly Alves da Silva.
- Vitória de Santo Antão, 2022.

41, tab.

Orientador(a): Magna Sales Barreto

Cooorientador(a): Thiago Fernandes Rodrigo da Silva Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Licenciatura, 2022.

1. Inclusão . 2. Educação Física. 3. Pessoa Com deficiência . 4. Educação Física
Escolar . 5. Educação . I. Barreto, Magna Sales . (Orientação). II. Santos, Thiago
Fernandes Rodrigo da Silva . (Coorientação). III. Título.

370 CDD (22.ed.)

CLEYDIANNE FRANCIELLY ALVES DA SILVA

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: questionamentos para o
debate a partir de análise de estado do conhecimento**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 14/10/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Magna Sales Barreto
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a. Dr.^a Florisbela de Arruda Camara e Siqueira Campos – (UFPE/ CAV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir chegar até onde estou ele que é meu porto seguro, meu refúgio, ele que é a luz que ilumina os meus passos e que junto a Nossa Senhora intercede por mim todos os dias.

Agradeço a minha mãe Fátima Alves, meu exemplo de mãe, mulher, professora, minha base, essa que tem uma força, uma garra incrível, minha admiração por ela cresce a cada dia mais e sem ela ao meu lado eu não seria quem sou hoje, à ela, meu amor infinito.

Ao meu noivo Wagner Mendes, por toda paciência, força e apoio que recebo, por ser uma pessoa de luz em minha vida. Junto a ele, recebemos o maior presente de todos: nosso filho (a) que já é muito amado (a) e querido (a). Nessa caminhada, sou grata a Deus por me proporcionar o amor mais puro e sublime que eu poderia receber: meu filho (a).

Ao meu irmão Cleiton, que mesmo distante fisicamente, não deixa de estar ao meu lado. A minha tia Anifatima Alves e minha prima Maria Eduarda, por sempre me ouvir e me aconselhar quando preciso.

Não poderia deixar de agradecer, também, a todos aqueles que estiveram comigo durante o processo da graduação, vocês foram fundamentais. Cada sorriso, cada brincadeira ficarão gravados para sempre em minha memória.

Por fim, e não menos importante, agradeço a Deus por colocar duas pessoas em meu caminho: A professora Magna Sales Barreto e o professor Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos. Sem vocês, o início e a conclusão desse trabalho não seriam possíveis. Pedi a Deus que Ele colocasse as pessoas certas na minha vida, e disso eu tenho certeza de que vocês foram os escolhidos. Obrigada por me acompanharem durante esses meses, não foi fácil, mas no final: Deus é Deus.

A todos vocês, meu amor e minha eterna gratidão.

“Não temas, porque eu sou contigo;
não te assombres, porque sou teu
Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te
sustento com a destra da minha
justiça.” Isaías 41:10

RESUMO

A inclusão das pessoas com deficiência merece um cuidado e atenção especial no tocante a formação de professores posto que ações afirmativas de inclusão surgem como debate necessário na sociedade e que estas pessoas necessitam ser incluídas nas salas de aula do ensino regular, para que os estudantes/professores/comunidade escolar, possam ter convivência, experiências educativas possibilitando a inclusão. Nesse sentido, a presente pesquisa de cunho bibliográfico, desenvolvida com base em análise de material já elaborado, delimitando o objeto para a análise específica de artigos científicos. Teve como objetivo, mapear os estudos na área da Educação Física voltadas à inclusão de sujeitos com deficiência em contexto escolar. Como fonte de estudo, utilizou-se a revista “Movimento revista de Educação física da UFRGS”, tendo um marco temporal no ano de 2016 a 2021. A partir dos resultados, pode-se identificar quais as dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física / sujeitos dos estudos, no que tange à educação inclusiva. Chegou-se à conclusão de que a revista apresenta poucos trabalhos referentes ao ensino de Educação Física no contexto da educação inclusiva e que cabe aos professores, acadêmicos, aos (às) pesquisadores (as) do campo o esforço contínuo na eficiência de em ensino de educação física pautado pela inclusão e qualidade na educação.

Palavras-chave: educação; educação física escolar; inclusão; pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities deserves special care and attention regarding teacher training, since affirmative action for inclusion emerges as a necessary debate in society and that these people need to be included in regular education classrooms, so that students/teachers/school community can have coexistence, educational experiences enabling inclusion. In this sense, the present bibliographical research, developed based on the analysis of already elaborated material, delimiting the object to the specific analysis of scientific articles. It aimed to map the studies in the area of Physical Education focused on the inclusion of subjects with disabilities in the school context. As a study source, the journal "Movimento, Physical Education Journal of UFRGS" was used, with a time frame of 2016 to 2021. From the results, it was possible to identify which are the difficulties encountered by Physical Education teachers / subjects of the studies, regarding inclusive education. It was concluded that the journal presents few works related to the teaching of Physical Education in the context of inclusive education and that it is up to teachers, academics, researchers of the field the continuous effort in the efficiency of physical education teaching guided by inclusion and quality in education.

Keywords: education; physical education inclusion; school physical education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO	
13	
2.2 ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA CONTEMPORANEIDADE	16
2.3 ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO	
ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA.	18
3 OBJETIVOS	26
3.1 OBJETIVO GERAL	26
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
4 METODOLOGIA	27
5 RESULTADOS	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Chegando ao Centro Acadêmico de Vitória – CAV/UFPE, observei que as disciplinas não atendiam um aluno com deficiência, a não ser que este aluno tivesse algum tipo de acompanhamento. As disciplinas que falavam um pouco sobre a inclusão eram as que chamamos de específicas ou eletivas, porém nem todas. Vi que ainda assim, era insuficiente. Procurei disciplinas eletivas que tratassem da temática, a fim de entender um pouco como funciona a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Embora exista uma grande quantidade de disciplinas na grade do curso de Licenciatura em Educação Física, poucos tratam da temática da inclusão. Precisei procurar cursos fora da faculdade para poder me preparar e receber esses estudantes deficientes, o caminho ainda é longo, porém, não é impossível para recebê-los e realizar a inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física.

A prática pedagógica de caráter inclusivo na educação física esbarra em históricas dificuldades que estão relacionadas com o entendimento da sua ação. No que diz respeito às aproximações com a inclusão, o brincar coletivo permite constituir um exercício claro de trocas e de comunicação.

No Brasil, desde a década de 30, é evidente que a Educação Física tornou-se importante para as políticas educacionais do governo federal, como parte do currículo escolar, esse interesse se dá ao fato da institucionalização da Educação Física em diversos países, posto que o direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho nesse contexto segundo Betti (2009).

Há certo tempo, a Educação Física Escolar tem-se encontrado no centro das oportunidades de trabalho e na formação dos profissionais da área. Cabendo esclarecer que o papel da Educação Física, na vida escolar do aluno, é de suma importância, pois as atividades físicas ajudam desenvolver também o cognitivo do sujeito aprendente.

A problemática atual no ensino Educação Física, é a percepção marginalizada desse campo de conhecimento. Como a exemplo a falta de apoio que os professores não têm de unidades escolares para a compra de equipamentos e materiais necessários para as aulas, dificultando o processo de ensino-aprendizagem, a ausência de estudos/ensino teóricos, os horários que são estabelecidos para as aulas de Educação Física na escola, que ficam convenientes para outras disciplinas e não para um ensino de qualidade, o distanciamento do professor de Educação Física com a coordenação pedagógica, levando o professor a atuar de forma isolada, a representação social construídas por alunos, pais e sociedade de que educação física não tem tanta importância quando comparada a outras disciplinas, no agravamento desses problemas elencados surge a inquietação do ensino de educação física para a inclusão de pessoas com deficiência.

Mediante ao que vem sendo explicado, a inclusão acontece quando o aluno com deficiência consegue participar das aulas com todos os demais, e, para que isso ocorra é necessário que nas escolas possa ter um profissional da Educação Física. Sabe-se que atualmente uma das grandes preocupações dos profissionais de Educação Física, é como direcionar atividades físicas para pessoas com deficiência, principalmente nas escolas, para que os mesmos tenham uma vida mais saudável? Evidenciando que a temática tem significativa relevância a ser investigada como objeto de pesquisa.

A educação especial, é, portanto, uma modalidade de ensino da educação básica, que está prevista na Constituição Federal (CF), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, e em diversas legislações nacionais, o que possibilitou um cenário que estudantes com deficiência tivessem acesso à sala de aula regular.

No ano de 2015 foi instituída a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). A LBI passou a ser um dos principais marcos legislativos para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência no país.

Essa legislação interfere, no tocante ao incentivo nas produções acadêmicas sobre educação inclusiva, diante de tal contexto, inquieta-nos conhecer o que tem sido publicado sobre: A concepção de Educação inclusiva e ensino de Educação Física, sobre como a Educação Física na escola pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades do sujeito aprendente com deficiência?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A luta pela igualdade no que diz respeito ao acesso a uma educação de qualidade para todos, tem sido uma busca social. Nesse sentido, é importante que os ambientes de ensino sejam organizados e estejam preparados para atender não só aos estudantes ditos “normais” – que não possuem nenhum tipo de deficiência – mas também, aqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

A educação inclusiva, segundo Sasaki (1997), é um processo no qual se amplia a participação de todas as pessoas com deficiência na educação. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos como um direito de todos.

A acessibilidade está relacionada com os ambientes, os meios de transporte e os utensílios para movimentação de todos e, portanto, não apenas para pessoas com deficiência. Hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. (SASSAKI, 2005)

Ao longo do tempo, essa proposta educacional vem passando por grandes transformações, tanto do ponto de vista educacional quanto social, isso porque o foco tem sido incluir aqueles que apresentam alguma deficiência em ambientes regulares de ensino, para que todos estejam aprendendo juntos (SANTANA, 2006). Essa modalidade de ensino é chamada de Educação Inclusiva, e vem no sentido de fazer a integração da pessoa com deficiência ao ensino “comum”, a partir das chamadas salas de aula regulares.

Quando se estuda o contexto da inclusão no âmbito educacional, é possível notar a evolução de todo esse contexto voltado à inclusão. Considerando a história, o processo de inclusão vem desde a Constituição de 88, assim como, a Declaração de Salamanca, que data do ano de 1994, que traz políticas que visam auxiliar a inclusão no âmbito escolar.

O movimento inclusivo nas escolas foi reforçado por essa política de Educação Especial proposta pelo MEC, que causou um impacto muito grande entre os professores do ensino regular, remodelando as práticas educativas e revelando o papel estratégico que a educação ocupa no processo de consolidação de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e acolhedora para todos.

No que diz respeito à inclusão no âmbito educacional, os avanços de tais políticas não cessam. No ano de 2008, houve a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento que foi criado com o intuito de assegurar de fato a inclusão, tanto escolar quanto social, da pessoa com deficiência.

Atualmente, a presença de alunos com deficiência nas instituições de ensino vem se tornando cada vez mais comum, isso ocorre devido às diversas lutas na busca pelos direitos iguais daqueles que antes eram tidos à margem da sociedade. Hoje, documentos como a Lei nº 13.146/2015 (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, passaram a assegurar os direitos da pessoa com deficiência tanto com relação a uma educação de qualidade quanto ao atendimento de suas necessidades enquanto cidadão.

A inclusão não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia toda a comunidade escolar (MANTOAN, 1998). Para os autores Zulian e Freitas (2001) incluir, então, significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que lhe é de direito, num espaço que possibilite exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes saberes.

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

Para Mantoan (2017) a educação especial deu o sinal e trouxe, por meio das diretrizes de sua política fincada na educação inclusiva, a possibilidade de nosso sistema de ensino questionar seus rumos.

Para que de fato a Educação Inclusiva deixe de ser um desafio, torna-se necessário fazer uma melhor análise das políticas educacionais e das práticas docentes que contemplem as pessoas com necessidades educativas especiais,

além de proporcionar aos docentes uma formação/preparação para a prática da educação inclusiva. Por isso, todo curso de formação de professores deveria ter em sua grade curricular pelo menos um componente curricular que contemplasse a educação inclusiva tanto na teoria como na prática, para que o professor se familiarizar com situações que provavelmente enfrenta ou enfrentará no seu fazer pedagógico.

Portanto, uma educação inclusiva de qualidade para atender às demandas desse setor exige novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, sobretudo, na valorização das diferenças resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir no espaço escolar. Lembrando que há pesquisas em andamento sobre a educação inclusiva.

2.1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONCEPÇÕES E CONTEXTO HISTÓRICO

A Educação Física no Brasil surge ligada intimamente à formação e educação corporal disciplinadora, com objetivos dos mais variados: militares, de saúde, estéticos, esportivos de alto rendimento ou não. Ou seja, a Educação Física sempre teve esse olhar das pessoas como uma forma de promoção de saúde, mas não só isso, é notável que os jovens ultimamente procuram muito mais a academia e estão mais preocupados com o corpo por questões estéticas. Isso traz também para o movimento higienista, a Educação Física juntamente com um programa de educação sexual buscava a higienização do povo, procurando transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões de proles e raças puras.

No passado, a Educação Física era muito ligada ao estético belo, onde os homens cuidavam mais do corpo, pois era considerado que a genética seria repassada para os filhos, onde eles iriam nascer fortes e saudáveis, e assim, seria garantido essa reprodução de uma raça pura.

Já se tratando da Educação Física escolar, como uma tarefa seria garantir aos estudantes o acesso às práticas corporais, e assim, contribuindo para a construção de um estilo pessoal de práticas oferecendo instrumentos que sejam capazes de garantir essa prática, com o objetivo de: beneficiar o desenvolvimento motor; integrar socialmente; colaborar para que os alunos adquiram autoconfiança; melhorar a autoestima; trabalhar a expressão do aluno; dentre outros.

Não há como separar a existência da Educação Física e Educação Física Escolar, mas o que seria ela? É justamente a forma de se trabalhar que cada professor de Educação Física tem na escola, é o que eles fazem para poder melhorar e trazer mais conhecimentos para o seu alunado. Uma forma de tematizar de forma didático pedagógica todas as áreas da Educação Física: esportes, lutas, jogos, dança, ginástica, dentre outros. É uma forma de facilitar e implementar mais conhecimentos dentro do tema que estão trabalhando e poder sensibilizar esses estudantes na prática de uma Educação Física que seja uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida.

Seguindo essa mesma linha, Falkenbach (2002) descreve que é na escola o lugar de desenvolver a Educação Física que provoca as trocas e as aprendizagens entre as pessoas. Visto que, na escola, é uma das primeiras comunidades a que a criança tem acesso, e é importante pois através dela, e dessas aulas, as crianças conseguem se expressar melhor e ajudam no desenvolvimento motor, físico e cognitivo.

A Educação Física, como qualquer outra disciplina escolar, não pode ser analisada apenas de uma forma “técnica” ou “neutra”, pois com ela, os estudantes têm a oportunidade de pensar, conhecer, usufruir, agir, de ser e conviver. Independente do tempo e do espaço em que os sujeitos estão inseridos, essa disciplina é importante para a formação desses estudantes, já que as temáticas não estão inseridas apenas dentro do espaço escolar, mas pode-se levar para a vida.

É muito comum observar-se na educação física um esforço muito intenso dos profissionais da área para convencer as pessoas de que ela é importante. Em Educação Física, muitos professores fazem com que os alunos repitam simplesmente uma técnica de movimento selecionada por eles, tornando o processo de aprendizagem uma experiência monótona que se reduz a repetição pura e simples de movimentos com o propósito de atender as especificações da técnica. É preciso mudar a educação física em que o professor entende o aluno como um sistema fechado, onde ele define o problema, a maneira de solucioná-lo, estabelece o número de tentativas necessárias para solucioná-lo, não permitindo a mudança de objetivo, do valor alvo e assim por diante.

A Educação Física em escolas públicas está com um ensino cada vez mais perdendo o seu espaço. Falta de aparelhos e equipamentos, tornam-se as aulas

monótonas, onde o professor muitas vezes fica refém apenas do esporte e deixando os estudantes de forma “à vontade”, quando a aula está voltada para as práticas esportivas, os estudantes aprendem apenas suas técnicas, mas aprender apenas técnicas não é o suficiente.

Esclarecidos os conceitos, cabe então apresentar uma linha histórica do processo de profissionalização da Educação Física, tomando como relevante o olhar para a docência, para o ensino desta. O que vai muito além da reprodução de uma prática. Mas uma constituição profissional que envolve valores como respeito mútuo, afetividade e cooperação.

Já destacamos que por muito tempo, a educação física esteve ligada a questões militares e a classe médica, todavia cabe esclarecer os motivos desta afirmação: Por questões militares quando se tratava do corpo perfeito para induzir os jovens a estarem preparados fisicamente e assim, poderem participar de questões militares e defenderem a nação com um pensamento patriota. Por questões médicas com o objetivo higienista, de buscar modificar os métodos de higiene da população, para através destes disciplinar os sujeitos.

Nos anos 30 devido ao processo de industrialização, a Educação física era vista como um meio de fortalecer e melhorar a capacidade física de produção do trabalhador, tornando-o um ser forte, saudável e que pudesse desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.

Após a década de 60, a Educação Física foi considerada como uma prática que visava o desempenho físico do estudante. Já na década de 70, surgiram novas tendências da Educação Física escolar. Essas abordagens foram junções das teorias psicológicas, sociológicas e filosóficas. Dentre elas está a abordagem psicomotora, que busca garantir a formação integral do estudante. Outra abordagem importante é a desenvolvimentista, está relacionada com o desenvolvimento motor do indivíduo e tem como foco ensinar e aperfeiçoar as habilidades motoras, através de atividades de acordo com a faixa etária em que eles se encontram. O desenvolvimento motor é um processo contínuo e gradual, na qual, desde os primeiros anos de vida ele está em constante processo de aprendizagem e novos movimentos.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, houve um esforço de reformulação das propostas curriculares, tornando a Educação Física componente

curricular da educação básica. Com essa concepção a educação física precisa ter outras concepções quando diz respeito aos seus conteúdos e não levar apenas os esportes para as aulas, visto que, existem diversas oportunidades para se trabalhar todas as áreas que competem a Educação Física como dança, ginástica, atletismo, jogos, dentre outras coisas, e através dessa atuação, poder contribuir na formação de cada estudante através dos conteúdos lecionados.

O professor irá determinar se as aulas serão de caráter competitivo ou recreativo, com a existência ou não de regras de acordo com o que for trabalhado nas aulas, propiciando assim, a inclusão de todos os estudantes durante as aulas. É possível adequar as práticas de acordo com cada realidade dos grupos, permitindo que todos os estudantes participem, sem uma distinção de quem pode ou não participar; de quem tem mais ou menos habilidades durante a prática das aulas.

De acordo com Stigger (2002), a partir da década de 80 até os dias atuais, têm surgido muitos debates acerca da Educação Física escolar. Esse movimento carrega diversas opiniões e possibilidades de apropriações, fazendo-se atrativo para o mais variado público.

A popularidade do esporte nas aulas de Educação Física, ainda é predominante. Esporte e Educação física estão intimamente ligados. A escola, muitas vezes, é o local onde a criança tem o primeiro contato com o esporte, por isso devemos atentar para que as aulas de Educação Física tenham o maior proveito possível do esporte e trazer todos os benefícios que este pode representar para a formação física, mental e do caráter do cidadão.

2.2 ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA CONTEMPORANEIDADE

A Educação Física é uma disciplina que se preocupa com a qualidade de vida das pessoas, ela é a arte do movimento, de entender as funcionalidades do corpo, não uma disciplina apenas para “decorar” situações, ela vai muito mais além disso, é a disciplina que trabalha frente a frente com o seu objeto de pesquisa, ou seja, o corpo humano. E justamente, um dos elementos que propicia essa qualidade de vida, são os movimentos recorrentes das práticas de atividades físicas. Não unicamente ligada a sala de aula, mas até mesmo em nosso dia a dia, nos afazeres

domésticos, quando estamos caminhando para um determinado lugar, uma prática física mais elaborada.

Segundo Guiselini (2004), a prática da qualidade de vida está ligada aos hábitos diários que as pessoas costumam ter para um melhor estilo de vida. Evitando assim o sedentarismo, que hoje em dia é muito comum entre os jovens e adolescentes, sofrendo principalmente esses reflexos na vida adulta, porque mesmo quando criança quando se tem uma prática de qualquer atividade que seja de forma rotineira, ela se transforma em um hábito que podemos levar para nossa vida. Hoje vamos a praças, e mal vemos crianças correndo, brincando. Estão com os olhos fixos em celulares, tablets e esses aparelhos muitas vezes são um dos recursos que os próprios pais têm para deixarem os filhos mais tranquilos. Mas infelizmente essa prática traz malefícios para a vida dessas crianças, que estão crescendo de forma sedentária ligada, também, a uma má alimentação.

Segundo Almeida (2017), durante a década de 80 houve propostas ligadas a inovações pedagógicas ligadas ao esporte e críticas ligadas a hegemonia esportiva, muito predominante na educação física dos anos 1980. A Educação Física já não é mais aquela disciplina que valoriza apenas a aquisição dos aspectos físicos, morais e motores. A Educação Física deve valorizar a formação do sujeito crítico e autônomo, para que este possa intervir no mundo que o cerca e transformá-lo. Na esteira atual do que são consideradas as práticas inovadoras em EF, todavia, já é consenso a importância de abordagens para além do esporte. A inovação pedagógica nas aulas de Educação Física Escolar acontece quando os/as docentes do componente curricular organizam o seu trabalho pedagógico superando o paradigma da aptidão física e do rendimento esportivo, que se tornaram hegemônicos no chão das escolas nas últimas décadas.

O papel da Educação Física na vida escolar do aluno é de suma importância, pois as atividades físicas ajudam desenvolver também o cognitivo da criança. Na escola ela tem oportunidade de ser trabalhada de acordo com sua idade, sua cultura e aperfeiçoando assim um espaço com mais autonomia. O papel do professor é criar no aluno condições de equilíbrio, desenvolver a interdisciplinaridade.

Nesse contexto, a Educação Física atua como um processo de formação do homem, que está presente em todas as sociedades humanas e é inerente ao homem como ser social e histórico. Sua existência está fundamentada na necessidade de formar as gerações mais novas, transmitindo-lhes seus

conhecimentos, valores e crenças e, com isso, dando-lhes possibilidades para novas realizações.

Hoje uma das grandes preocupações dos profissionais de Educação Física, é como direcionar atividades físicas para pessoas com deficiência, principalmente nas escolas, para que os mesmos tenham uma vida mais saudável. Tendo em vista as dificuldades que essas pessoas possuem o que dificulta as realizações das práticas corporais, o que não deve ser visto como um obstáculo impossível de ser ultrapassado e sim como uma barreira que deve ser vencida tanto pelos deficientes como pela sociedade. Pois sabemos que os deficientes possuem algumas limitações, mas são seres tão capazes como qualquer outra pessoa.

Acredita-se que a inclusão desses deficientes nas atividades físicas só será possível no momento em que haja uma conscientização da sociedade da importância dos exercícios físicos, para os deficientes físicos, a usufruírem de seus direitos e dos prazeres que a vida possa lhe oferecer.

A Educação Física escolar tem um relevante papel: o de cativar o aluno para a prática de atividade física regular, porém não deve limitar-se apenas aos conteúdos práticos relacionados aos campos dos jogos, esportes, ginástica, práticas corporais de aventuras na natureza, dentre outros, mas também propiciar ao aluno experiências que o leve a visualizar e adotar a prática da atividade física como benefício da saúde.

2.3 ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A LEGISLAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Se faz necessário contextualizar a Educação Especial desde os primórdios até à atualidade, para que assim possamos identificar quais são os principais responsáveis pelo avanço da inclusão na sociedade das Pessoas com Deficiência. Vale ressaltar que, historicamente, alguns fatos e acontecimentos marcam o desenvolvimento dos princípios da Educação Especial, como, por exemplo, a Declaração Mundial dos Direitos Humanos, preconizada legalmente há mais de 60 anos. Ainda no mesmo período, destacamos a Declaração de Salamanca, resultado de uma reunião de vários países realizada na Espanha em 1994, inspirada nos

princípios da integração e no reconhecimento da necessidade de ação para conseguir “escola para todos”.

Com a lei de Salamanca, criada em 1994, foi um importante avanço para a luta dos direitos da Pessoa com deficiência, essa lei tem como objetivo informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.

Essa declaração fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Vai nortear também, caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, terão de se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais. (ROGALSKI, 2010, p. 3).

A inclusão das pessoas com deficiência merece um cuidado e atenção especial, pois estamos lidando com o futuro dessas pessoas com deficiência, incluindo elas nas salas de aula regular, para que os estudantes possam ter convivência com elas e assim tornar-se “normal” esse fato, possibilitando um futuro mais promissor na vida dessas pessoas. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estado junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.

Os professores de Educação Física, inclusive aqueles que trabalham com essas perspectivas consideradas avançadas de ensino, devem, pelo menos, suscitar um repensar nos objetivos, métodos, funções sociais, tempo, espaço e conhecimento para incluir os alunos com deficiência, principalmente aqueles com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar.

O processo de investigação acerca do tema da inclusão na área da Educação Física, demonstrou que o conhecimento ainda carece de compreensões claras e precisas da parte dos professores. Tal aspecto é compreensivo, uma vez que o termo “inclusão” também é recente na área educacional. Estudar a temática da inclusão de crianças com deficiência na prática da Educação Física é introduzir-se

em um espaço que ainda dá os seus primeiros passos rumo à qualificação nesse processo.

A prática pedagógica de caráter inclusivo na educação física esbarra em históricas dificuldades que estão relacionadas com o entendimento da sua ação. No que diz respeito às aproximações com a inclusão, o brincar coletivo permite constituir um exercício claro de trocas e de comunicação.

A educação na perspectiva da inclusão, não deve ficar limitada apenas nas salas de aula, mas se faz necessário ir além, é preciso colocar em prática no nosso cotidiano, para que a sociedade de forma geral possa enxergar essa pessoa com direitos, acessibilidade que elas precisam. Não adianta ficar apenas em um papel, e não colocar em prática; deve-se entender a educação como um progresso dinâmico e flexível, que possibilite ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolver suas potencialidades, decidir sobre seus objetos e ações.

A exclusão da pessoa com deficiência fez parte na antiguidade, quando aquelas pessoas eram excluídas da sociedade e taxadas como anormais por não terem o mesmo padrão que os demais. Eram pessoas eliminadas e até mesmo excluídas da sociedade no final do século XIX e meados do século XX, surge o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, que visavam oferecer aos estudantes com deficiência uma educação à parte, separadas dos demais estudantes ditos “normais”. Já na década de 70, a escola tentava incluir os estudantes com deficiência o mais próximo dos outros estudantes e ambientes da escola, neste período ocorreu de forma mundial, uma necessidade em integrar as pessoas com deficiência para contemplarem a diversidade. É possível constatar que as pessoas que apresentem algum tipo de deficiência irão refletir na estrutura econômica, social e política do momento.

No tocante às legislações da Educação inclusiva, cabe evidenciar que o direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com a declaração de Salamanca, criada em 1994, foi um importante avanço para a luta dos direitos da Pessoa com deficiência, essa lei tem como objetivo informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio “organizações não governamentais e

outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial.” (SALAMANCA, 1994, p. 03).

Essa declaração fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Vai nortear também, caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

A principal inovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi à mudança no conceito jurídico de “deficiência”, que deixou de ser considerada como uma condição estática e biológica da pessoa, passando a ser tratada como o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, sem paginação).

Cabe elencar que se tratando de legislação na educação inclusiva a inserção do profissional de Educação Física na história da saúde mental é um fato recente, principalmente se tratando de saúde pública brasileira. Os ambientes ainda precisam sofrer adaptações para abrigar este novo tipo de atendimento.

Os professores de Educação Física, inclusive aqueles que trabalham com essas perspectivas consideradas avançadas de ensino, devem, pelo menos, suscitar um repensar nos objetivos, métodos, funções sociais, tempo, espaço e conhecimento para incluir os alunos com deficiência, principalmente aqueles com deficiência nas aulas de Educação Física Escolar. O processo de investigação acerca do tema da inclusão na área da Educação Física, demonstrou que o conhecimento ainda carece de compreensões claras e precisas da parte dos professores.

Tal aspecto é compreensivo, uma vez que o termo “inclusão” também é recente na área educacional. Estudar a temática da inclusão de crianças com deficiência na prática da Educação Física, é introduzir-se em um espaço que ainda dá os seus primeiros passos rumo à qualificação nesse processo. Vygotsky (1997), (...) a escola é o ambiente que pode favorecer possibilidades para a criança, independentemente de suas necessidades especiais.

Os professores de Educação Física podem ser capacitados para potencializar as capacidades da criança. É nessa perspectiva que a escola em sua totalidade pode prover um ambiente propício à criança com deficiência.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se constitui como um marco dos direitos universais e incluem todos inerentes à condição humana, dentre eles, a educação. Essa declaração é um grande marco na história dos direitos humanos. Elaborada por diferentes representantes de todas as regiões do mundo, foi proclamada em Paris, 10 de dezembro de 1948. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

Embora o referido documento tenha reconhecido a Educação como um direito de todos, de fato, apenas na década de 1990 será pautado com mais ênfase. As autoras Souza e Kerbaui (2018), afirmam um reconhecimento da educação e sua importância enquanto aspecto fundamental para a promoção da dignidade humana, em especial, pelo seu caráter de imprescindibilidade para o exercício da cidadania. A educação é um direito de todos, deve ser assegurado como modo de possibilitar o seu acesso a todos. Por essa razão, o direito à educação escolar situa-se no âmbito de uma perspectiva mais ampla dos direitos do homem.

O direito à educação, juridicamente, é reconhecido no cenário internacional, tendo como principal marco, no contexto contemporâneo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seus trinta artigos, registra os direitos considerados humanos, dentre eles, o educacional. O documento proclama a educação como um instrumento promotor de conquistas progressivas comuns para todos os povos e nações e, portanto, deve ser protegido pelo ordenamento tanto de âmbito nacional, quanto de âmbito internacional. Segundo Souza e Kerbaui (2018):

O documento deixa claro que o direito à educação é sinônimo do direito das crianças às aprendizagens indispensáveis, ou seja, do desenvolvimento das dimensões da personalidade humana, mental, física, cultural, política e social. Logo, esse direito não está vinculado apenas ao interesse individual, mas sim, aos da sociedade. A Convenção dos Direitos da Criança, ao elencar e reafirmar a educação como um direito fundamental da criança, endossa o rol de instrumentos jurídicos internacionais de proteção dos direitos humanos. (SOUZA; KERBAUI, 2018, p. 671).

O direito à educação básica faz parte também do desenvolvimento da criança, para a construção de sua personalidade, ideais, cultura, etc. esse direito não é de importância individual, mas sim da sociedade, pois é através da educação que um país pode atingir seu pleno desenvolvimento. A convenção dos direitos da criança

e do adolescente reafirma essa garantia de direito e a proteção assegurada para as crianças.

A escola não pode ser somente considerada transmissora de conteúdos, mas, sobretudo, um local privilegiado de aprendizagens e vivências cidadãs e democráticas, e, quando se fala na defesa, na efetivação e na universalização dos direitos humanos, precisam-se considerar os seres humanos/alunos como seres sociais, inseridos em uma organização social, na qual devem ser asseguradas as condições para que eles se desenvolvam e venham a viver com dignidade e igualdade.

Reafirmando o que dizem as autoras Souza e Kerbauy (2018), inicialmente, destaca-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Este é um documento oriundo das discussões da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia. O documento elaborado na conferência realizada em Jomtien (Tailândia) possui dez artigos e objetiva prioritariamente a promoção da satisfação das necessidades básicas de aprendizagens.

No âmbito internacional, a partir do início dos anos de 1990, alguns elementos dessas reformas e reestruturações foram sistematizados no ciclo de Conferências e/ou Encontros Mundiais organizados pelas Nações Unidas. Com o objetivo de estabelecer consensos e atividades para os governos assumirem suas responsabilidades e colocar em prática os compromissos assumidos. Do conjunto destas Conferências, cabe destacar a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, em 1990. Nesta, produziu-se como resultados dois documentos, a Declaração Mundial de Educação para Todos e o Marco de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Para os autores Jacomeli, Barão e Gonçalves (2018):

A despeito de já terem se passado quase trinta anos da Conferência de Jomtien, pode-se dizer, que nela ainda se expressa o atual “consenso educacional” capitalista, cujas repercussões e interferências se fazem notar na política educacional brasileira. (JACOMELI, *et. al.*, 2018, n.p.).

De acordo com o autor, há menções da declaração para a organização da educação, em alguns documentos, tem a declaração como referência. Uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo.

Nos artigos seguintes da Declaração de Jomtien, são apresentadas estratégias que visam a garantia de uma educação para todos. Além de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem para todos, são reconhecidas as necessidades de: expandir o enfoque de recursos, das estruturas institucionais, dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino; universalizar o acesso à Educação Básica como base para a aprendizagem e desenvolvimento humano permanentes; concentrar a atenção na aprendizagem necessária à sobrevivência; ampliar os meios e o raio de ação da Educação Básica; propiciar um ambiente adequado à aprendizagem; fortalecer alianças (autoridades públicas, professores, órgãos educacionais e demais órgãos de governo, organizações governamentais e não governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos, famílias); desenvolver uma política contextualizada de apoio (setores social, cultural e econômico); mobilizar recursos financeiros e humanos, públicos, privados ou voluntários; e fortalecer, a partir da educação, a solidariedade internacional (UNESCO, 1990). Segundo as autoras Souza e Kerbauy:

O documento enfoca a necessidade do atendimento escolar, sem distinção, a todas as pessoas, e define ações que propõem a universalização da Educação Básica, como uma forma de promover o direito à educação e, com isso, avançar em prol da igualdade social. (SOUZA; KERBAUY, 2018, p. 673).

Souza, Kerbauy (2018 apud GOMIDE, 2007), a Declaração Mundial de Educação para Todos representa não apenas a compreensão da educação básica como o principal vetor de garantia de satisfação das necessidades elementares de aprendizagem para a população, mas, também, um documento que registra uma concepção ampla de Educação Básica, defendendo sua universalização a partir do acesso e promoção da equidade. a educação básica deve incorporar o incentivo a estudos e pesquisas sobre as violações de direitos humanos (conflitos, violências, discriminações, entre outros temas) no sistema de ensino, desenvolvendo ações fundamentadas e procedimentos para a resolução de conflitos. É na escola que se formam valores, atitudes e práticas de respeito aos direitos humanos e, nesse contexto, a educação para diversidade é fundamental.

Os princípios de Jomtien têm aparência de recomendações para que governo, empresários e sociedade civil unifiquem esforços para alcançar a qualidade educacional para todos. O Plano Nacional de Educação 2001-2011 – lei 10.172/01 - indicava vínculo explícito com a Conferência de Jomtien ao trazer em suas diretrizes

para Educação Infantil uma citação do documento indicando a importância desta etapa de escolarização para a formação integral da pessoa.

O Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Por isso, a transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos. Partindo disso, é delineada a ideia da necessidade de construção de espaços sociais inclusivos, ou seja, espaços sociais organizados para atender ao conjunto de características e necessidades educacionais especiais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Mapear os estudos publicados na área da Educação Física voltadas à inclusão de sujeitos com deficiência em contexto escolar.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a concepção da inclusão nos estudos para o ensino de educação física;
- Analisar estudos objetos/problemáticas no ensino da Educação Física para estudante com deficiência;
- Investigar as práticas pedagógicas apresentadas nos estudos no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência no contexto de ensino da Educação Física.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, de cunho bibliográfico do tipo exploratório. Estão sendo selecionados estudos de cunho qualitativo e bibliográfico. Houve restrição quanto aos anos dos artigos. Foram selecionados artigos que tenham como palavras-chave: Educação Física, Educação Especial, inclusão.

É bibliográfica, pois, é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Do tipo exploratório, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

Seu planejamento é, portanto, flexível, de modo que possibilita a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63).

Porém, na pesquisa bibliográfica aqui realizada, foram consideradas apenas as informações extraídas da revista científica por compreendermos que a pesquisa bibliográfica para ser bem delimitada, precisa explorar de forma aprofundada o material secundário.

Este trabalho buscou levantar observações nos artigos através de plataformas como Google acadêmico, Scielo e revistas na área. A revista escolhida foi Movimento, Revista de Educação Física da UFRGS. A revista Movimento oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Fundada em 1994, é publicada trimestralmente desde 2009, aborda temas relacionados ao campo da Educação Física em interface com as Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente em seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais.

A escolha dos artigos se deu através dos temas em seguida, lendo os resumos. Após esse momento, era realizada uma nova identificação dos títulos que

se aproximavam mais com o tema de pesquisa, através das seguintes palavras: Educação Física, Educação Especial e Inclusão. Já na segunda etapa da pesquisa, foram analisados os resumos com uma leitura exploratória para localizar as principais contribuições dos(as) autores(as) a fim de responder aos objetivos deste trabalho.

A delimitação do recorte de tempo do levantamento dos artigos sobre a temática se efetuou a partir de 2016 posto que: No ano de 2015 foi instituída a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência (LBI). A LBI passou a ser um dos principais marcos legislativos para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência no país. A LBI possui 127 artigos e quase trezentos novos dispositivos que, juntos, alteram o tratamento jurídico da questão da deficiência no país ancorado agora no arcabouço dos direitos humanos.

A partir dessa legislação apresentada, realizamos com uma pesquisa na revista Movimento, no período de 2016-2021. Foram analisados, portanto, os estudos publicados dos últimos cinco anos acerca da Educação Física e Inclusão. Sendo encontrados cerca de 26 artigos a partir do ano 2016 (um ano após a Lei 13.146), até o ano de 2021 pois foi o ano completo de publicação da revista. Como forma de auxílio à busca dos materiais foram delimitados critérios de inclusão e exclusão, dos 26 artigos encontrados, foram selecionados com as palavras Educação Física e Inclusão apenas 8 artigos, a fim de encontrar estudos que dialogassem com a temática proposta para tal pesquisa.

Por fim, vale ressaltar que a presente pesquisa, é um estudo pautado no procedimento bibliográfico. Mas especificamente delimitada pesquisa de estado da arte/ estado do conhecimento. Esse procedimento propicia ao pesquisador bases teóricas como forma de auxiliar na reflexão e criticidade acerca de determinado tema (GIL, 2002).

A Formação docente é um dos temas mais discutidos e pesquisados na atualidade, desde os anos 90, nas últimas décadas, algumas pesquisas relevantes de Estado da Arte sobre a Formação de Professores já foram realizadas, como a exemplo (ANDRÉ, 2002) contudo, a complexidade que envolve a temática demanda concentração de esforços para se continuar os estudos sobre este tema, especificamente no tocante a formação de professores de educação física. (SOARES, 1989, p. 3) nos chama atenção para a importância de continuidade de pesquisas tipo “Estado da Arte” quando nos diz que:

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1989, p. 3).

Segundo os autores Silva e Santos (2021), tendo isso em consideração, a inferência das relações causais e as respostas e conclusões obtidas foram confrontadas com conhecimentos anteriores sustentados na teoria pré-existente para garantir a validade ou mostrar explicações alternativas.

5 RESULTADOS

Para iniciarmos a análise cabe apresentação do lócus/fonte de busca dos estudos assim: A revista Movimento é um periódico relevante com uma publicação de acesso aberto da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem por objetivo principal divulgar a produção científica nacional e internacional, sobre temas relacionados à Educação Física, no que tocante aos seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, o presente periódico recebe, avalia e publica manuscritos que problematizam os fenômenos e os temas investigados, tendo como fundamentos teóricos, metodológicos, analíticos e interpretativos aqueles oriundos das Ciências Humanas e Sociais. O periódico, conforme imagem 1, aceita manuscritos originais nos idiomas português, espanhol, inglês e francês tem fluxo contínuo de publicação.

Imagem 1: Movimento - Revista de Educação Física da UFRGS



Fonte: Google Imagens, 2022.

Foram 26 artigos encontrados, destes foram selecionados com os descritores Educação Física e Inclusão apenas 8 artigos, que tinham o ensino da Educação

física, a inclusão como interesse de pesquisa. A análise seguinte procedeu-se de uma leitura na íntegra desses artigos, a fim de identificar aqueles que tratassem de sujeitos com deficiência, de problemáticas do ensino de educação física com PCDs, a fim de encontrar estudos que dialogassem com os objetivos da presente proposta de análise de dados. Dessa pré-análise, como resultado construímos o quadro síntese a seguir:

	AUTOR (A)	ANO	TÍTULO	SÍNTESE OBJETO DOS ESTUDOS	SUJEITOS DAS PESQUISAS
1	José Francisco Chicon; Ivone Martins de Oliveira; Rosely da Silva Santos; Maria das Graças Carvalho Silva de Sá	2018	A BRINCADEIRA DO FAZ DE CONTA COM CRIANÇAS AUTISTAS	Objetivo compreender como se manifesta a brincadeira de faz de conta em crianças com autismo na brinquedoteca;	Dez crianças sem deficiência. Seis com autismo e uma com síndrome de Down, Totalizando 17 participantes;
2	Anaís Suassuna Simões; Ana Rita Lorenzini; Rosangela Gavioli; Iraquitan de Oliveira Caminha; Marcílio Barbosa; Mendonça de Souza Júnior; Marcelo Soares Tavares de Melo	2018	A EDUCAÇÃO FÍSICA E O TRABALHO EDUCATIVO INCLUSIVO	A apropriação da matéria se deu a partir de uma para um aprofundamento teórico sobre as determinações do objeto estudado;	Professora; Coordenadora; Psicóloga; Diretora; e, 21 estudantes.

3	Priscilla Rezende Pereira; Figueiredo, Marisa Cotta Mancini; Marina De Brito Brandão	2018	“VAI JOGAR?” FATORES QUE INFLUENCIAM A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	O objetivo do estudo foi compreender fatores que influenciam a participação de adolescentes com paralisia cerebral (PC) na Educação Física Escolar; Verificou-se que fatores ambientais (atitudinais e físicos) e pessoais influenciam a participação.	Dez adolescentes com PC foram entrevistados
4	Letícia Baldasso Moraes; Alcyane Marinho.	2021	ADEQUAÇÕES DIDÁTICO-METODOLÓGICAS NA PRÁTICA DO SURFE PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	Objetivo: identificar as adequações didático-metodológicas utilizadas nas aulas de surfe para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na Associação Onda Azul (AOA) em Florianópolis/SC e propor uma estratégia pedagógica para o ensino deste esporte para esta população.	Utilizou como instrumento de coleta de dados observações participantes, entrevistas semiestruturadas e diário de campo.
5	Alice Sonaglio de Vasconcellos; Leila Cristiane Finochetto; Roseli Belmonte Machado; Débora Duarte Freitas	2016	INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE: REFLEXÕES SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA	Objetivo: identificar e refletir sobre as percepções dos educandos com deficiência a respeito do seu processo de inclusão, nas aulas de Educação Física na rede municipal da cidade do Rio Grande/RS;	Participaram do estudo três alunos dos anos finais, que têm o acompanhamento de um monitor
6	José Milton Azevedo Andrade; Ana Paula de Freitas	2018	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	Objetiva-se, neste estudo, analisar os modos de agir do professor de Educação Física na inclusão de alunos com deficiência na escola regular;	Foi realizada em duas escolas regulares da rede pública

7	Maria Lúza Tanure Alves; Jalusa Andreia Storch; Gabriela Harnisch; Aline Miranda Strapasson; Otávio Luis Piva da Cunha Furtado; Lauren Lieberman; José Júlio Gavião de Almeida; Edison Duarte	2017	A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA: PERSPECTIVA DE PROFESSORES BRASILEIROS	Objetivo analisar o conceito de inclusão dos professores de Educação Física e determinar os aspectos positivos e negativos em suas aulas.	Foram realizadas entrevistas com 18 professores de Educação Física que trabalham em escolas públicas brasileiras
8	José Francisco Chicon; Leilane Lauer Huber; Thais Rodrigues MardeganAlbiás; Maria das Graças Carvalho Silva de Sá; Adriana Estevão	2016	EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR NA BRINQUEDOTECA	O estudo tem por objetivo descrever e analisar a ação mediadora dos professores de Educação Física no processo de interação de alunos com e sem deficiência na brinquedoteca.	Os participantes foram quinze crianças não deficientes do Centro de Educação Infantil Criar-te (Ufes) e cinco com deficiências oriundas da comunidade do município de Vitória/ES

Fonte: a autora, 2022.

Considerações de lacunas apresentadas nos estudos: Ausência de estudos que tomem a Educação de jovens e adultos como modalidade de ensino instigante, não foi encontrado nenhum estudo que trouxesse a LBI como objeto de estudo, o que revela que o debruçar de pesquisa quanto a análise dessa legislação para contribuir nas formações de futuros licenciandos em educação física é uma demanda relevante.

Em relação ao objetivo/problemática das pesquisas elencadas

As análises dos documentos e entrevistas explicitaram que não houve restrição à participação dos estudantes com deficiência, revelando a concretização do trabalho inclusivo. (Estudo 1)

Os esportes coletivos foram destacados como o principal desafio para a inclusão de alunos com deficiência pelos sujeitos deste estudo investigado e que os Programas de formação inicial e de capacitação continuada para os professores precisam propor práticas pedagógicas eficazes para promover a inclusão, possibilitando a reestruturação da formação de professores de Educação Física (estudo 7).

Em relação aos sujeitos das pesquisas encontradas

A presença de apenas um estudo que destacou os adolescentes como sujeitos de pesquisa, o (estudo 3) revela a necessidade de tomar esse público como sujeito de futuras pesquisas na educação inclusiva no tocante ao ensino de Educação física.

Cabe destacar que o (estudo 1) encontrado que objetivou debruçar-se sobre brincadeira de faz de conta em crianças com autismo na brinquedoteca; seleciona como sujeitos da pesquisa crianças com e sem deficiências. No tocante a essa delimitação percebe-se a preocupação dos autores em de fato ser inclusivos pois conforme Pich (2013), podemos compreender que educação inclusiva é aquela acessível para todas as crianças, com e sem deficiência.

Corroborando com os achados do (estudo 7) que analisou a concepção de professores, onde os resultados mostraram que a inclusão é compreendida pelos professores como participação e aprendizagem para todas as crianças e não apenas para aqueles com deficiência.

Em relação a concepção de educação inclusiva

Foi constatado na leitura dos artigos encontrados que os novos significados sobre a educação inclusiva possibilitaram elaborar um planejamento adequado ao

conceito de inclusão, e permitiu olhar com equidade para o aluno com deficiência. Definir processo educativo, para que o aluno com deficiência tenha autoconceito positivo, sentindo-se pertencente ao grupo, não apenas fazendo parte colegas e professores e percebendo que são sujeitos integrantes do grupo, aceitando as regras, assim como grupo precisa aceitar as limitações de cada colega e do conjunto.

Os estudos nos levam a reflexão de que a escola deve ser o ambiente em que a inclusão seja efetivamente realizada, almejando o desenvolvimento integral de cada sujeito.

A Educação física por ser uma disciplina do componente curricular da escola regular, deve participar de forma atuante no que diz respeito da inclusão escolar e social, da pessoa com deficiência. A inclusão se refere a uma Educação Física com o significado de educar para a diferença, para a convivência e a aceitação das diferentes configurações possíveis da corporeidade humana.

A Educação Física deixou de trabalhar apenas indivíduos ditos “normais” passando a desenvolver atividades para todas, respeitando as diferenças e dificuldades apresentadas por cada um, vimos a importância e os desafios da inclusão na educação física no ensino regular, onde pessoas com necessidades educativas especiais estão inseridas.

Consideram os estudos elencados que não basta apenas incluir esse aluno, mas sim fazer com que ele faça parte desse meio, para que isso possa se tornar realidade é necessário que os profissionais de educação física busquem conhecimentos, adaptando as atividades de acordo com a necessidade de cada aluno, para proporcionarmos caminhos iguais a quem a vida ofereceu/delimitou caminhos diferentes (VENTURINI, *et al.*, 2010).

Em relação às práticas pedagógicas e metodologias de ensino

A formação inicial dos professores, não contribui efetivamente para melhorar as práticas pedagógicas na inclusão efetiva dos estudantes com deficiência, por fatores como ausência de disciplinas suficientes nos cursos de formação de

professores, no tocante às práticas docente os estudos analisado, apontam necessidade de reflexão visto que as aulas tinham uma concepção de caráter esportivo, alguns dos professores entrevistados, apontaram que foi na graduação o primeiro contato com a inclusão, mas que os conteúdos não davam o suporte necessário para a prática pedagógica. Quanto a esse achado cabe dialogar com Venturini *et al.* (2010) que afirmam que:

O professor de educação física possui instrumentos significativos para que a inclusão se torne efetiva, pois pode utilizar técnicas que melhorem a qualidade de vida dos alunos e acesso à diversidade. Fazendo com que as crianças saibam lidar com as diferenças possibilitando às pessoas com deficiências uma vida em sociedade. (VENTURINI *et al.*, 2010, n.p.).

De fato, concordamos que estudar durante a graduação não é ainda suficiente para lidar com o estudante com deficiência no dia a dia das unidades de ensino, mas essa prática pode se tornar mais efetiva a partir do momento que buscamos cursos extras e participação em congressos para nos atualizar das questões de inclusão.

É significativo destacar que o (Estudo 2) nos evidencia que houve aproximação com a concepção de Educação Física Crítico-Superadora, mediante adequações no planejamento das aulas, das atividades e dos materiais utilizados, visando à apropriação dos estudantes sobre o conteúdo tratado, revelando a preocupação com o contexto onde os sujeitos estão inseridos, suas limitações.

Na prática escolar podemos encontrar diferentes contextos desses estudantes com deficiência. É importante que os professores da área da Educação Física, estejam receptivas às mudanças e sejam criativos quanto às adaptações do plano de aula para acontecer a inclusão de todos os estudantes na escola regular, bem como desenvolver um trabalho cooperativo com seus estudantes, seja qual for sua deficiência, pois a sua prática pode confirmar e valorizar as diferenças. Como no adverte Neto:

É de extrema importância entender que trabalhando a educação física adaptada, não só as pessoas com deficiência podem praticar esportes, como também leva a escola de modo geral a conhecer a deficiência e assim garantir que todos entendam que adaptação vem para somar e garantir a participação de todos, ou seja, incluindo. (CARDOSO NETO, 2022, p. 17).

Durante a pesquisa, o que foi identificado pelos autores foi a ausência de formação na área da educação inclusiva para os professores de Educação Física, bem como foi relatado a dificuldade que esses professores têm para lidar com o estudante deficiente. Destaca-se também, que os professores participantes dessa

pesquisa, mostraram- se aptos ao enfrentamento das barreiras para vencer os desafios na perspectiva da educação inclusiva, os professores alcançaram com sucesso ações inclusivas nas suas práticas pedagógicas.

Os dados revelaram uma postura de atitude inclusiva de alguns sujeitos dos estudos/professores segundo a orientação das aulas na perspectiva inclusiva. Corroborando com os achados de Souza, Pich (2013) os sujeitos dessa pesquisa, revelaram que mesmo frente a um contexto hostil, se sensibilizaram da importância de trabalhar na perspectiva da educação inclusiva e iniciaram um processo de reorientação da sua prática pedagógica, iniciando o caminho no sentido da reversão do estigma.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao tema da inclusão, é comum encontrar uma discussão ampla acerca desse assunto, além disso, essa é uma temática que constantemente tem sido retomada do ponto de vista social, considerando se tratar de algo de extrema importância no que tange a aprender a conviver com o outro e suas particularidades. Levando em conta esse contexto, a inclusão é uma pauta presente também no âmbito escolar.

É através da inclusão escolar que os estudantes se sentem incluídos, e assim, conseguem conquistar diante a sociedade, a sua autonomia. Isso acontece através de diversos fatores, como por exemplo, as políticas públicas, leis e decretos, formações docentes, e principalmente, um corpo escolar preparado para atuar frente ao acolhimento e ensino desse público. É de extrema importância que na escola, tenha professores preparados para atuar frente ao ensino e desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Percebemos na atualidade que o processo inclusão nas escolas vem ampliando, isto decorre tanto pela aplicação da legislação como também pela maior aceitação da PCD no contexto escolar. Ter acesso a um sistema educacional inclusivo em todas as etapas da educação, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social, pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência.

Os professores de educação física podem ser capacitados para potencializar as capacidades da criança. É nessa perspectiva que a escola em sua totalidade pode prover um ambiente propício à criança com deficiência. A Educação Física é um componente curricular e pedagógico obrigatório nas escolas, a mesma implica questões e avanços educacionais da escola.

Falkenbach, Chaves, Nunes (2007, p. 38) Tanto na Educação Física, como nas demais práticas da escola regular, a inclusão pode constituir-se em uma ação extremamente complexa aos professores e à comunidade escolar. Complexa no sentido de não ser apenas por questões físicas, mas efetivamente no dia a dia, a prática da inclusão estar presente em todo âmbito escolar, não apenas diante os estudantes com deficiência.

A educação na perspectiva da inclusão, não deve ficar limitada apenas nas salas de aula, mas se faz necessário ir além, é preciso colocar em prática no nosso cotidiano, para que a sociedade de forma geral possa enxergar essa pessoa com direitos, acessibilidade que elas precisam. Não adianta ficar apenas em legislações, projetos pedagógicos, se de fato não houver práxis formativas e docentes inclusivas; deve-se entender a educação como um progresso dinâmico e flexível, que possibilite ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolver suas potencialidades, decidir sobre seus objetos e ações.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. **Formação de professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

BETTI, M. *et al.* **Educação Física Escolar: estado da arte e direções futuras**. 2011. 11 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, *Escola de Educação Física e Esporte, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista - Bauru, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/fXMBxzhw98N3yfWyZfMhxDf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

CHINCHIO N. T.; GONÇALVES, W. A influência da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência no acesso e permanência do ensino profissionalizante no Brasil. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 22–38, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/10927>. Acesso em: 8 set. 2022.

FALKENBACH, A. P. *et al.* A Inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 37–53, 2008. DOI: 10.22456/1982-8918.3544. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3544>. Acesso em: 18 ago. 2022.

FIORINI, M. L. S. *et al.* **Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar**. 2016. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Educação Física, Unesp, Marília, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/fXMBxzhw98N3yfWyZfMhxDf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GREGUOL, M. *et al.* **Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares**. 2018. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, Marília, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HWcyz3zrkHLwYRMMCHT9j6D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

GUIMARÃES, A. *et al.* Educação Física Escolar: Atitudes e Valores. **Rev. Motriz**, São Paulo, v. 7, n.1, p. 17-22 Jan-jun. 2001.

IGNÁCIO, H. Proposta de classificação das práticas corporais de aventura para o ensino na educação física escolar. Goiânia: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 43, n. 8, 20 maio de 2021.

JACOMELLI, M. R. M. *et al.* A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Revista Exitus**, Santarém, v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID638. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/638>. Acesso em: 02 set. 2022.

LEHNHARD, G. *et al.* A Prática de Atividade Física na História de Vida de Pessoas com Deficiência Física. **Rev. Educ. Fis/UEM**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 45-56, 1. trim. 2012.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão, Diferença e Deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Rev. Inclusão Social - construção da autonomia e vida independente de adultos com deficiência intelectual**, Brasília, v. 10, n. 2. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MORGADO, F. *et al.* Representações Sociais sobre a Deficiência: perspectivas de alunos de educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 245-260, jun. 2017.

NACIF, M. *et al.* Educação Física Escolar: percepções do aluno com deficiência¹. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 111-124, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382216000100009>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, B. *et al.* Desafiando o abismo tradicional: uma aproximação entre práticas inovadoras e o modelo de educação esportiva no âmbito da educação física escolar. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Brasília, 2020; 42 e 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/d7mPckFtyM4Jhr5LFPStPQJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2022.

SILVA, J. S. V.; DUARTE, M. A inclusão escolar no Brasil: da Declaração de Jomtien (1990) ao Plano Nacional de Educação (2014). In: VII jornada políticas públicas, 7., 2015, São Luís. **Congresso**. São Luís: Ufma, 2015. p. 1-13. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-inclusao-escolar-no-brasil-da-declaracao-de-jomtien-1990-ao-plano-nacional-de-educacao-2014.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

SILVA, R.; SANTOS, T. **Intervenção Psicopedagógica frente aos Sujeitos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Uma revisão Bibliográfica**. 2021.

SOARES, M. **Alfabetização no Brasil – O Estado do conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. O direito à educação básica nas declarações sobre educação para todos de Jomtien, Dakar e Incheon. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 668–681, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11679>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ZLUHAN, M. RAITZ, T. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Bauru, v. 95, n. 24, 2014.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 8, 2001. Disponível em: <https://revista.ibict.br/article/view/4030>. Acesso em: 08 set. 2022.